

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 12 (2021)



A propósito dos debates sobre o populismo

Fernando Dores Costa

Práticas da História, n.º 12 (2021): 161-179

www.praticasdahistoria.pt

Fernando Dores Costa

A propósito dos debates sobre o populismo

O populismo assenta na eficácia social de uma oposição simples, entre o “povo” e os “políticos” acusados de tomarem o Estado em proveito próprio. Esta oposição não comporta uma crítica à estruturação social, considerada como uma dimensão de índole “natural”, mas apenas a denúncia dos abusos. Esta tradição de “simplicidade” encontra-se ilustrada no “mito” em Georges Sorel ou no “povo” em Ernesto Laclau. Ainda é a “simplicidade” que se encontra na identificação de um inimigo como diabólico, na tradição da imagem dos “jacobinos pedreiros-livres” ou do anti-comunismo. Para ser socialmente percebido e vivido massivamente, um conflito tem de aparecer como uma clivagem entre duas e apenas duas forças.

Palavras-chave: populismo; democracia elitista; povo; George Sorel; anti-comunismo.

On the debates on populism

Populism is founded on the social effectiveness of a simple opposition between the “people” and the “politicians” accused of taking the state to their advantage. This opposition does not include a criticism of social structuring, considered as a dimension of a “natural” quality, but only the denunciation of abuses. This tradition of “simplicity” is illustrated in the “myth” in Georges Sorel or in the “people” in Ernesto Laclau. It is still the “simplicity” found in the identification of an enemy as diabolical, in the tradition of the image of the “free-masons” and “jacobins” or of anti-communism. In order to be socially perceived and experienced by many people, a conflict has to appear as a cleavage between two and only two forces.

Keywords: populism; elitist democracy; people; George Sorel; anticommunism.

A propósito dos debates sobre o populismo

Fernando Dores Costa*

A pergunta que é hoje mais frequentemente feita recai sobre as condições que podem conduzir à passagem de uma democracia a um regime de tipo populista. Contudo, esta oposição entre democracia e populismo usa um modelo abstrato de democracia, definida pela presença dos seus traços formais, em contraste com o populismo que é sempre “concreto”, ou seja, tomado inevitavelmente a partir de um caso histórico particular.¹ Há pois desde o início uma assimetria na comparação. Ora, a democracia, como todos os sistemas de governo, pode ser definida como um tipo ideal, mas apenas existe como uma forma particular de governo e numa situação singular. Por isso mesmo, não basta considerar a presença de certos aspetos formais (eleições, parlamentos, etc.) para que se possa concluir pela existência de uma democracia, mesmo no sentido estrito da democracia representativa, ou para que haja um reconhecimento pela população do governo existente como sendo “representativo do povo”. Isso explica o surgimento dessa noção peculiar que é a de “democracia iliberal”, algo que parece ser um oxímoro, se por liberal se se considerar a possibilidade de exercício das chamadas liberdades fundamentais.

* Fernando Dores Costa (fernando.dorescosta@gmail.com). Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa. Recepção do ensaio original / original essay: 25-10-2020. Recepção da versão revista / revised version 7-05-2021. Aceitação / accepted: 18-05-2021.

¹ A versão inicial deste artigo foi escrita em paralelo à do artigo “A revolta ordeira: o populismo visto a partir da tradição de comunicação política presente no primeiro liberalismo”, *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*, n.º 61 (2021), pp. 13-31.

Recordemos que situações de governos que tinham uma aparência que se poderia hoje identificar apressadamente como democrática, mas que eram de origem liberal, oitocentista e elitista, constituíam na verdade poderes oligárquicos, nos quais uma minoria social de proprietários dominava o sistema eleitoral e a burocracia. Alguns casos na história da América Latina ilustraram este tipo de situações de tal modo que o varguismo no Brasil ou o peronismo na Argentina puderam ser percebidos, no seu tempo e mesmo depois, como instaurando mudanças que – embora neles fossem evidentes os traços autoritários – teriam posto em causa a hegemonia oligárquica e seriam por isso mais “representativos” do “povo” (ou, mais exatamente, mais sensíveis aos desejos dos humanos comuns) porque menos “democráticos” (i.e. menos respeitadores da ordem do cacicado estabelecido). O peronismo via-se a si mesmo como tentativa de anulação das instâncias de mediação e de comunicação direta com o chefe.

A iniciativa política de tipo populista pode deste modo ser vista como confluência de dois movimentos: o descontentamento crescente de muitos setores da população com o governo de tipo oligárquico de aparência “liberal-democrática” e a ambição assumida por elementos da elite na criação de um modo de governo detentor de uma maior autonomia das redes tradicionais de seleção dos chefes pela classe dominante. Assim o sintetizava Margaret Canovan:

Em circunstâncias normais, os ricos formam uma oligarquia governante e usam o seu poder para defender os seus privilégios. Os pobres ressentem-se disso, mas não têm força política para evitá-lo e, portanto, estão disponíveis para a mobilização de um demagogo que possa formular os seus interesses, principalmente seu desejo de saquear os ricos. Dada esta situação de guerra de classes aberta ou oculta, um líder popular precisará de ser determinado, implacável e carismático para ter sucesso.²

² Margaret Canovan, *Populism*, Harcourt Brace Jovanovich, N. Y., 1981, p. 161. As traduções são da responsabilidade do autor do artigo, mas foram mantidos em nota os textos originais.

Por isso mesmo o “povo” pode “trair” o regime que tem aparência “democrática” mas que é de facto oligárquico, o que ocorre sobretudo em tempos de crise:

“o próprio povo entregará a democracia às mãos de um ditador. A dificuldade com essa seca previsão é, claro, a de que as situações em que o apoio a um demagogo parece mais racional podem ser tempos de crise económica, como a Depressão dos anos 1930, que mesmo a sociedade mais justa e democrática pode não ser capaz de evitar.”³

Canovan assinalava a presença nos trabalhos da sociologia, nomeadamente das correntes norte-americanas, do reconhecimento de uma dissonância potencial entre as classes “inferiores” e a chamada democracia liberal:

S. M. Lipset afirma que as pessoas da classe baixa raramente apreciam as normas da democracia liberal e comenta o triste dilema dos intelectuais democráticos liberais, que herdam uma tradição radical que exalta “o povo”, mas descobriram por experiência amarga que “o povo “não são democratas liberais”⁴

A condição económica dos agentes é reconhecida como a condicionante que estabelece a sua ligação aos mecanismos de decisão política. É deste modo vincadamente “materialista”.

“Under normal circumstances, the rich form a ruling oligarchy and use their power to defend their privileges. The poor resent this but lack the political muscle to prevent it, and are therefore available for mobilization by a demagogue who can articulate their interests, notably their desire to plunder the wealthy. Given this situation of open or concealed class war, a popular leader will need to be determined, ruthless, and charismatic to succeed.”

3 Canovan, *Populism*, 163. “the people themselves will betray democracy into the hands of a dictator. The difficulty with this bland prescription is, of course, that the situations in which support for a demagogue seem most rational may be times of economic crisis, like the Depression of the 1930s, which even the most just and democratic society may not be able to avoid.”

4 Canovan, *Populism*, 165. “S. M. Lipset claims that lower-class people rarely appreciate the norms of liberal democracy, and remarks upon the sad dilemma of liberal democratic intellectuals, who inherit a radical tradition which exalts “the people,” but who have discovered by bitter experience that “the people” are not themselves liberal democrats.”

Canovan vai um pouco mais longe e explicita a necessidade de *genuinidade* da democracia:

“Se os sistemas políticos mais vulneráveis aos ditadores carismáticos não são democracias genuínas em que as pessoas comuns têm acesso efetivo à política, mas sim sistemas que têm a pretensão de serem uma democracia, mas mantêm o poder real nas mãos de uma oligarquia, então parece que a forma de se proteger contra os ditadores populistas não é manter [...] as massas fora da política”⁵

Para isso é necessário que a democracia não seja apenas formal:

“A primeira é que não se pode dar às pessoas comuns o domínio sobre o seu próprio destino simplesmente dando-lhes direitos políticos. Na medida em que esses direitos são eficazes, isso pode permitir que os eleitores lutar por seus próprios interesses *dentro* do sistema político, mas faz pouco para ajudá-los se – tal como é cada vez mais o caso dentro de uma economia mundial interdependente – o seu padrão de vida está à mercê de decisões tomadas fora de seu próprio estado.”⁶

Mas a democracia teria alegadamente evoluído no sentido de um sistema de dois níveis em que a massa de indivíduos caucionava a autoridade dada a determinados elementos de uma elite.

5 Canovan, *Populism*, 169. “If the political systems most vulnerable to charismatic dictators are not the genuine democracies in which ordinary people have effective access to politics, but rather the systems that have a pretence of democracy but retain real power in the hands of an oligarchy, then it seems to follow that the way to guard against populist dictators is not (as the mass-society theorists would have it) to keep the masses *out* of politics, but rather to bring them *in* in an effective way.”

6 Canovan, *Populism*, 170. “The first is that one cannot give ordinary people control over their own destinies simply by giving them political rights. Insofar as these rights are effective, this may enable voters to fight for their own interests *within* the political system, but it does little to help them if-as is increasingly the case within an interdependent world economy-their standard of living is at the mercy of decisions taken outside their own state altogether.”

Na década de 1950, o que desde então foi rotulado como “teoria elitista da democracia” ou de “teoria da elitismo democrático” ficou firmemente consagrado nos escritos de cientistas políticos e tendo o seu efeito na opinião educada em geral.⁷

Na verdade, este elitismo não resultou propriamente de uma evolução. A doutrina liberal da definiu que a soberania nacional apenas se poderia fazer através da representação e esta provinha da escolha dos mais capazes para efetuar a identificação do interesse geral. Mas estes não eram governos democráticos, sendo diminuta a parte da população envolvida na escolha dos representantes. O termo democracia continuava a designar geralmente um estado de exaltação popular indesejado pelos liberais. A democracia elitista do século XX foi o resultado de um compromisso entre o princípio liberal – tal como existia nas constituições da primeira metade do século XIX – e o princípio propriamente democrático, assente no sufrágio universal, condição de integração política dos setores populares.

Consequentemente, na perspetiva desta democracia elitista, o afastamento da massa pode chegar ao ponto de ser visto como positivo e indispensável:

“escritores como estes estavam defendiam um sistema em que a maioria das pessoas não exercia qualquer influência política e acreditavam que os valores liberais que defendem poderiam ser melhor preservados pelo isolamento da elite política das massas. A conceção da democracia como algo para ser defendido contra o povo resumido pela observação de S. M. Lipset, em *Political Man*, que a “aceitação das normas da democracia” exige um alto nível de sofisticação, evidentemente superior do que se pode esperar do homem comum.”⁸

⁷ Canovan, *Populism*, 165. “By the 1950s, what has since been labeled the “elitist theory of democracy” or the “theory of democratic elitism” was firmly ensconced in the writings of political scientists and having its effect on educated opinion in general.”

⁸ Canovan, *Populism*, 181. “writers like these were grateful for a system in which most people did not exercise political influence, and they believed that the liberal values they cherished

A diferenciação entre a elite e a massa existiria por causa da sua diferente capacidade face aos problemas de governação. Não seria por isso arbitrária. Mas também criava um conflito potencial:

Um dos aspectos do “populismo” para o qual Shils chamou a atenção foi a desconfiança em relação aos instruídos. O populismo existia, afirmou ele, “onde quer que haja uma ideologia de ressentimento popular contra a ordem imposta à sociedade por uma classe dominante diferenciada e há muito estabelecida.”⁹

Trata-se da dimensão do chamado anti-intelectualismo.

Neste, todos os tipos de discurso, desconexos ou mais rigorosos, se encontram ao mesmo nível de validade e quando se apresentam com maior complexidade, esta destina-se a ocultar as verdadeiras intenções dos que as defendem. Todos os humanos têm idênticos propósitos e os discursos que usam apenas se destinam a conseguir os seus objetivos.

Somos tentados a invocar a “tradicional” desconfiança dos “camponeses”, sobretudo perante os forasteiros de origem urbana. Incapazes de decodificar os seus discursos, recusam-nos sem os criticar. Curiosamente, um deputado nas Cortes constituintes portuguesas de 1821-1822, a propósito da discussão sobre a latitude social que se deveria dar à capacidade de ser eleitor para a câmara de deputados e da possibilidade de alguns indivíduos mais ricos e influentes poderem condicionar as eleições, agrupando os votos dos seus dependentes em si ou no seu candidato, afirmava que um tal risco não se colocava pois os populares achavam que tudo o que lhes era dito pelos de “cima”, fosse o que fosse,

could best be preserved by insulating the political elite from the masses. The conception of democracy as something to be defended *against* the people epitomized by S. M. Lipset’s remark, in *Political Man*, that “acceptance of the norms of democracy” requires a high level of sophistication”¹ higher, evidently, than can be expected from the common man.”

⁹ Canovan, *Populism*, 183, remetendo para Edward Shils, *The Constitution of Society*, p. 199. “One of the aspects of “populism” to which Shils drew attention was distrust of the educated. Populism existed, he maintained, “wherever there is an ideology of popular resentment against the order imposed on society by a long-established, differentiated ruling class.”

se destinava a enganá-los. Haveria deste modo um estado de incomunicação geral, os de “baixo” apenas recebiam dos de “cima” ordens para fazer tarefas e tudo o mais seria por eles acolhido como portador de uma segunda intenção oculta.

Outra dimensão fraca da “democracia” é o leque diminuto de propostas políticas apresentadas (ou se se quiser, a estreiteza da oferta do que é percebido como “mercado político”) e, mais do que isso, a justificação dessa escassez de propostas diferenciadas por força da “economia” como instância que, sendo entendidas pelos atores como sendo essencialmente exterior à política, governa de facto as vidas dos humanos. A compreensão da relação entre as instâncias política e a economia é paradoxal: por um lado, considera-se que a economia é uma realidade estritamente objetiva mas, por outro, o chamado bom “desempenho económico” pode ser diretamente associado pela população ao mérito do governo existente, significando que este é avaliado em função de uma qualidade mágica de negociação com as nebulosas forças atuantes na economia. As populações querem proteção neste campo, assim como nos da chamada “defesa nacional” ou no da “ordem pública” e também, nos países mais civilmente “avançados”, na saúde ou na educação. Se alguns governos democráticos aparecem agindo de forma ineficaz neste amparo sofrem inevitavelmente desgaste e os populismos podem emergir. Não se pode, em suma, avaliar a capacidade de formas políticas sem esta dimensão central

A força do populismo residiria em ser um espaço vazio de conteúdo programático, cujos temas de mobilização podiam ser preenchidos de uma forma diversa pelos vários protagonistas sem que estes entendessem que não se referiam ao mesmo.

A maior fraqueza académica da noção de “populismo” é a sua indeterminação e muitas noções vagas, como nação e classes médias, são correntemente usadas, mas a de «o povo» ultrapassava todas elas em imprecisão. Contudo, “esta combinação de imprecisão e ressonância emocional que torna “o povo” um tão

“grito de batalha tão eficaz, e um particularmente útil para os políticos que buscam confundir diferenças esta-

belecidas, para unir seguidores através de (...) uma técnica que pode ser usada de uma forma muito ampla variedade de circunstâncias.¹⁰

Na verdade, há que esclarecer que este “vazio” não o é efetivamente. O “vazio” refere-se à falta de balizas programáticas, mas tem uma componente “emocional” que lhe é dada pela denúncia de uma opressão do “povo” e pela reivindicação da sua reversão.

Esta dimensão do uso do “povo” como um estado vazio é o ponto central das propostas de Ernesto Laclau, mas inclui a enunciação da possibilidade de ser o ponto de abertura a uma teoria geral da comunicação política: “a conclusão seria a de que o populismo é a estrada real para alguma compreensão sobre a constituição ontológica do político como tal”.¹¹ Mas a definição de “povo” que propõe levanta variados problemas: «o povo» não pertence à natureza da expressão ideológica, mas a uma realidade relacional entre agentes sociais. Noutros termos, constitui uma via para a constituição da unidade do grupo: “o «povo» não é algo da natureza de uma expressão ideológica, mas uma relação real entre os agentes sociais. É, noutros termos, uma via para a constituição da unidade do grupo.”¹² Mas aqui reside o problema: o que constitui essa “relação” dita “real” entre os agentes, a qual é colocada em oposição ao ideológico e que permite a unidade? Oposto ao substancial, seria apenas imagem e forma, mas é, ao mesmo tempo, real.

Trata-se da criação da fronteira que cria aquilo a que Laclau chama dicotomia:

“um abismo cada vez maior que separa o sistema institucional do povo. Portanto, temos aqui a formação de uma

10 Canovan, *Populism*, 261. “this combination of vagueness and emotional resonance that makes “the people” such an effective battle cry, and a particularly useful *one* for politicians who seek to blur established differences, to unite followers across (...) a technique that can be used in a very wide variety of circumstances.”

11 Ernesto Laclau, *On Populist Reason*, Verso, London. 2005, p.73. “the conclusion would be that populism is the royal road to understanding something about the ontological constitution of the political as such”.

12 Laclau, *On Populist*, 74. “‘the people’ is not something of the nature of an ideological expression, but a real relation between social agents. It is, in other terms, one way of constituting the unity of the group”

fronteira interna, uma dicotomização do espectro político local por meio do surgimento de uma cadeia equivalente de reivindicações não satisfeitas.”¹³

pele que haveria duas precondições claras do populismo: (1) a formação de uma fronteira antagônica interna separando o ‘povo’ do poder; e (2) uma articulação equivalente de reivindicações que tornam possível o surgimento do ‘povo’ possível. Há uma terceira pré-condição que realmente não surge até que a mobilização política alcance um nível superior: a unificação destes várias reivindicações ¹⁴ [Laclau,2005,74]

A ausência de conteúdo “ideológico” e aquilo a que Laclau chama “articulação de equivalência” não nos deixam grande margem de dúvida quanto ao que está em jogo: o uso político do equívoco. Tratar-se-ia da tal “unificação” de movimentos reivindicativos sob uma palavra-bandeira comum, de modo a explorar a dicotomia entre o poder e o povo. Dificilmente se pode considerar que haja uma unificação das reivindicações. Pois o que pode haver é uma conjugação fundada na confusão e apenas de curta duração. Esse estado de confusão verifica-se com efeito nos períodos imediatamente pré e pós-revolucionários, quando quase todos os grupos parecem confluir numa oposição ao regime que se quer depor ou que se acaba de ser deposto.

A origem do quadro apresentado por Laclau é o resultado da evolução de uma corrente que se reclamou inicialmente de uma alegada inspiração marxista (na verdade, de uma das várias correntes que reclamou essa inspiração) e de uma imaginada teoria sobre o moderno proletariado como classe revolucionária. Haveria, objetiva e esponta-

13 Laclau, *On Populist*, 74.”...a widening chasm separating the institutional system from the people. So we have here the formation of an internal frontier, a dichotomization of the local political spectrum through the emergence of an equivalential chain of unsatisfied demands”

14 Laclau, *On Populist*, 74. “two clear preconditions of populism: (1) the formation of an internal antagonistic frontier separating the ‘people’ from power; and (2) an equivalential articulation of demands making the emergence of the ‘people’ possible. There is a third precondition which does not really arise until the political mobilization has reached a higher level: the unification of these various demands”

neamente, nessa classe uma propensão revolucionária que se traduziria numa disciplina social própria. Na verdade, esta perspectiva é a da “objetualização” dessa classe, vista como instrumento de uma revolução que tem inspiração num projeto de redenção social. Quando se julgara constatar que, afinal, a referida classe não apresentava as características que tinham sido imaginadas, procuraram-se outros grupos sociais que se movimentavam em função de descontentamentos e conflitos vários... Consequentemente, diz-se agora que o populismo pode ser de “esquerda” ou de “direita”, mas isso apenas complica o problema. O compromisso programático dos populismos é muito fluido e a sua ação guiada pela eficácia performativa, que um autor apresenta desta forma: enquanto que o liberalismo ou o socialismo (que têm corpos doutrinários com alguma consistência) se confrontam empiricamente com os seus fracassos, os

“populistas pensam de forma diferente. Todos os que se opõem a eles são transformados em entidades tirânicas. Nesse contexto, democracia e ditadura são apenas designações para si e para o outro. Tornam-se imagens da visão populista e já não são categorias de análise política. Essa transformação de conceitos em imagens é uma dimensão-chave da abordagem do populismo sobre um traço fascista semelhante, há muito observado por Walter Benjamin - a saber, a estetização da política. Essa ênfase na política como espetáculo acompanha o populismo sempre que muda de um movimento de oposição para um regime.”¹⁵

O populismo não recorre a uma fundamentação doutrinal porque, desde o início, é uma ação que se apresenta como meramente situacio-

15 Federico Finchelstein, *From Fascism to Populism in History*. Oakland: University of California Press, 2017, 18. “Populists think differently. Everyone opposing them is turned into a tyrannical entity. In this context, democracy and dictatorship are just designations for the self and the other. They become images of the populist vision and are no longer categories of political analysis. This transformation of concepts into images is a key dimension of populism’s take on a similar fascist trait, long ago noted by Walter Benjamin—namely, the aestheticization of politics. This emphasis on politics as spectacle accompanies populism whenever it shifts from an opposition movement to a regime”.

nal, reativa e “espontânea”. Claro que esta oposição entre ideologias e performance é simplificadora porque em muitos casos a ideologia tem o papel de ocultação de uma eficácia mobilizadora e prática.

A invocação do povo joga na ambiguidade do sentido, tal como acontece na invocação da defesa da nação e dos seus interesses, a qual autoriza a coexistência de diversas e opostas interpretações. Permite inclusivamente que se possa obter o apoio de agentes que, estando em completa oposição, se julgam representados no mesmo enunciado de defesa nacional. Este “vazio” produtor de poder pode ser encontrado já intensamente no uso da nação e do nacionalismo.

Parece indispensável neste ponto considerar o exemplo do mito na obra de em Georges Sorel, sem querer com isso forçar o jogo das influências e dizer que os mais recentes autores são réplicas dos mais antigos. Sorel apresentava a sua suposta “descoberta” desta forma: “os homens que participam nos grandes movimentos sociais representam a sua ação próxima sob a forma de imagens de batalhas que asseguram o triunfo da sua causa”¹⁶ e essas construções designou-as como mitos. E dava alguns exemplos próximos: a “greve geral dos sindicalistas e a revolução catastrófica de Marx são mitos”¹⁷, mas também outros, alguns deles de tempos idos: o cristianismo primitivo, a Reforma (religiosa do século XVI), a Revolução (de 1789), “les mazziniens” (ou seja, o republicanismo “místico” de Giuseppe Mazzini). Estes sistemas de imagens não deveriam ser objeto de análise, mas ser tomados em bloco, como forças históricas. Sobretudo deveria evitar-se “a comparação dos factos consumados com as representações que tinham sido aceites antes da ação”¹⁸. Não são um plano de organização nem uma antevisão, mas uma imagem mobilizadora.

A clarificação da noção de mito é feita pela outra noção posta em oposição: a utopia. O socialismo seria uma utopia porque seria uma rea-

16 George Sorel, *Reflexions sur la violence*, 1908. http://classiques.uqac.ca/classiques/sorel_georges/reflexions_violence/reflexions_violence.html “les hommes qui participent aux grands mouvements sociaux, se représentent leur action prochaine sous forme d’images de batailles assurant le triomphe de leur cause.”

17 Sorel, *Reflexions*. “grève générale des syndicalistes et la révolution catastrophique de Marx sont des mythes”

18 “il faut surtout se garder de comparer les faits accomplis avec les représentations qui avaient été acceptées avant l’action”

lidade comparável à que era atualmente observada na sociedade. Mas, ao lado das utopias, sempre teria havido os mitos capazes de levarem os trabalhadores à revolta. A “greve geral” – afirmava Sorel – dominava (em 1906) o movimento verdadeiramente operário. Permitia responder aos fracassos desse movimento, considerando-os como um resultado de uma aprendizagem insuficiente.¹⁹ Sorel afirmava que a experiência comprovava que as tais construções de um futuro indeterminado no tempo poderia possuir uma grande eficácia e poucos inconvenientes quando eram os mitos em que se encontravam as tendências mais fortes de um povo, de um país ou de uma classe. Tendências “que vêm à mente com a insistência dos instintos em todas as circunstâncias da vida, e que dão um aspecto de plena realidade às esperanças de ação iminente em que se baseia a reforma da vontade.”²⁰

Sorel explicava que esses mitos não impediam os humanos de tirarem proveito das observações feitas ao longo da vida e não eram um obstáculo às suas ocupações normais, ou seja, coexistiam com a vida comum e não eram socialmente desorganizadores. Pouco importava que esses mitos incluíssem os detalhes que realmente viriam a aparecer na história futura. Podia acontecer que o que neles se continha não se produzisse, como no caso da catástrofe que fora esperada pelos primeiros cristãos. Também na vida corrente estavam os humanos habituados a reconhecerem que a realidade diferia muito das ideias que dela faziam antes de agirem e isso não impedia que continuassem a tomar resoluções.²¹

Enunciava Sorel: mito são as imagens organizadas capazes de invocar instintivamente todos os sentimentos que no mito da greve geral correspondem às diversas manifestações da guerra do socialismo contra a sociedade moderna. A greve geral permitia agrupar num quadro de conjunto todos os proletários que tinham ido ganhando os sentimentos nobres nas greves particulares.²²

19 Sorel, *Reflexions*, 27.

20 Sorel, *Reflexions*, 82. “qui viennent se présenter à l’esprit avec l’insistance d’instincts dans toutes les circonstances de la vie, et qui donnent un aspect de pleine réalité à des espoirs d’action prochaine sur lesquels se fonde la réforme de la volonté.”

21 Sorel, *Reflexions*, 83.

22 Sorel, *Reflexions* 84.

Sorel reclamava seguir um método científico. Fazer ciência seria, antes do mais, saber quais eram as forças existentes no mundo e colocar-se em estado de as utilizar, guiando-se pela experiência. Ao aceitar a ideia de greve geral como um mito operava-se tal como o físico que, embora confiante na sua ciência, sabe que o futuro tornará obsoletos os seus resultados.²³

Em conclusão, o mito de Sorel constituía uma tradição. Quando o caracterizava como a “esperança de ação próxima com aspetos de plena realidade”, imagens que mobilizam mas não prefiguravam o que vai acontecer, Sorel reconhece-as como imagens manipuladoras e enganadoras, em que os mobilizados por elas são objetos e não sujeitos. Em suma, era a expectativa redentora na sua versão terrena. A comunicação política eficaz fazia-se respeitando essa tradição e era através desta que se torna possível que todos os conflitos e todas as reclamações confluissem numa imagem comum.

O papel da referência ao “povo” em Laclau tem uma estrutura idêntica ao “mito” de Sorel. Mas Laclau parece iludir a relação com a “tradição” que é identificada por Sorel. Contudo, a convocação por Laclau do caso de António Conselheiro, o dirigente da célebre revolta de Canudos (Bahia, Brasil, 1896), parece pôr em causa a tese central do autor sobre o “vazio” e trazer alguma luz sobre os seus equívocos: chegado à terra revoltada contra os cobradores de impostos, escreve Laclau, António Conselheiro pronuncia as palavras que se tornariam a chave de equivalência do discurso profético: a República é o Anticristo.²⁴ Obviamente, tais palavras não constituem um programa político, mas a sua escolha não era arbitrária. Inseriam o conflito presente e local numa tradição – a religiosa – e transformavam a luta muito terrena contra os cobradores num afrontamento entre o mal e o bem e ao lado de Cristo. A estigmatização da República é a “santificação” dos seus oponentes e desse modo a sua plena legitimidade para contrariarem as autoridades. A luta contra o Anticristo não é um programa, mas inscreve a luta local na necessidade de reposição da ordem.

²³ Sorel, *Reflexions*, 100.

²⁴ Ernesto Laclau, “Identity and Hegemony” in J. Butler, E. Laclau e S. Zizek, *Contingency, Hegemony, Universality*. Verso: London, 2000, 83.

Laclau seria igualmente um herdeiro da perspectiva assente na noção de hegemonia de Gramsci.

A trajetória de Laclau e Mouffe partiu do ponto de afastamento de uma determinada noção de classe como politicamente operativa. Mas esta noção de classe que se abandonava era uma caricatura substancialista dos grupos sociais, pressupondo uma homogeneidade excepcional e objetiva que seria inerente à condição social e detentora da conexão com uma tarefa histórica – uma “missão” – que apenas poderia ter sido criada por uma entidade supra-humana. Certamente o moderno proletariado industrial apresentava características sem precedentes nas classes laboriosas, pela sua concentração em ambientes sociais urbanos, pela ausência de redes densas de favor pessoal (ao contrário do que acontecia no espaço rural), pela habituação à disciplina grupal, mas a luta travada para escapar à sua condição penosa e incerta apenas podia ser emancipadora da humanidade (como enunciavam os socialismos) porque o capitalismo como modo de produção criara as condições para a socialização dos grandes benefícios obtidos pela mecanização e pela automação e um decorrente aumento extraordinário da capacidade produtiva. A indispensabilidade de uma massa de humanos-instrumentos para a reprodução das sociedades desapareceria potencialmente, mas esse desvanecimento não conduzia espontaneamente à socialização dos benefícios.

Mas a classe proletária industrial e urbana desiludiu alguns doutrinadores, não se revelando “naturalmente” revolucionária. O “essentialismo classista” a que se refere Chantal Mouffe é um equívoco que se desvanece. O problema da hegemonia em Gramsci, que é o da influência de uma “classe dirigente” sobre as suas “aliadas” – e que procura responder à resposta política que pode ser dada ao desafio que a diversidade social apresentada pelas sociedades, muito diferente da simplicidade de uma polarização social – desloca-se para a federação de movimentos baseados em descontentamentos variados. Um núcleo de “racionalidade” programática que residia no projeto de transformação social através da referida socialização dos benefícios da produtividade acrescida que porventura sustentava a sua hegemonia dissolve-se e o que poderia confederar os movimentos passava a ser o já referido pseu-

do-“vazio” da referência ao “povo” - ou antes à “tradição” que a sustenta. Contudo, no caldo dominado pelo vitalismo no início do século XX, a trajetória de Gramsci divergiu da dos que se afirmaram no âmbito do voluntarismo político.²⁵

A tradição contra-revolucionária

– o anti-comunismo nos EUA

O discurso contra-revolucionário na forma que tomou sob o efeito da revolução em França identifica os revolucionários como conspiradores demoníacos que pretendem dissolver todos os laços sociais. Os conflitos políticos são simplificados de modo extremo e neles há apenas dois lugares: os do bem e do mal, de deus e do diabo. Esta tradição subsiste no século XX sob a forma do anti-comunismo, que possibilita esta mesma simplificação. Assim se faz, no jogo político, a diabolização dos adversários. Um exemplo da história dos EUA, entre muitos outros. Em maio de 1946, o “national chairman” do partido republicano B. Carroll Reece “declarou que a próxima eleição era «basicamente uma luta entre Comunismo e Republicanismo». Ele denunciou que «um grupo de radicais alienados», criaturas de comités de ação política, havia assumido o controle do Partido Democrata”²⁶. No conflito presente não se decidiam caminhos políticos, mas a própria existência social. Era esta também a via tomada pelos que queriam ascender a lugares de destaque, substituindo os seus atuais detentores, acusados de serem agentes infiltrados, cúmplices ou, pelo menos, cobardes perante o inimigo. Em fevereiro de 1950 a declaração de princípios do Partido Republicano denunciava a atitude branda da administração [Truman] em relação aos funcionários e oficiais do governo que apoiam as atitudes comunistas”, e prometeu “uma revisão completa das chamadas verificações de lealdade e segurança do pessoal federal.”²⁷ Os dirigentes não ignoravam esta tática e o próprio Truman

25 Domenico Losurdo, *Antonio Gramsci del liberalismo al comunismo crítico*. Guadarrama: Ediciones del oriente y del mediterráneo, 2015 [1997], 132.

26 Larry Ceplair, *Anti-communism in 20th. Century America*, Praeger, Santa Barbara, pp. 80-81. “announced that the upcoming election was “a fight basically between Communism and Republicanism.” He charged that “a group of alien-minded radicals,” the creatures of political action committees, had seized control of the Democratic Party”

27 Ceplair, *Anti-communism*, 92. “the soft attitude of [the Truman] Administration toward Government employees and officials who hold or support Communist attitudes,” and pledged

escrevia em fevereiro de 1947: “As pessoas estão muito preocupadas com o ‘bicho-papão’ comunista, mas eu sou da opinião de que o país está perfeitamente seguro no que diz respeito ao comunismo.”²⁸ Podiam os dirigentes estabelecidos ser contestados desta forma, de um ponto de vista estritamente ordeiro, já que o que se criticava era a sua apetência ou capacidade para a manutenção dessa ordem, que se encarava como uma natureza (sendo vistos com desconfiança os que diziam o contrário), em favor do “povo”.

A clivagem organizadora – o povo e os políticos

Os caminhos aqui assinalados confluem na eficácia que é procurada através de uma oposição simples: entre o “povo” e os “políticos” que tomaram o Estado a seu proveito. Esta oposição não comporta uma crítica à estruturação social, considerada como uma dimensão de índole natural e que os humanos não podem alterar, mas apenas a denúncia do abuso dos lugares de mando.

Uma tradição de “simplicidade” encontra-se igualmente na referência ao mito de Sorel e no povo de Laclau. Ainda é a “simplicidade” que se encontra na identificação do inimigo como diabólico, na tradição da imagem dos “jacobinos pedreiros-livres”, o que torna toda a oposição uma luta de vida ou morte e todo o afrontamento do inimigo uma salvaguarda do risco de aniquilação da sociedade.

A interpretação do papel que podem ganhar os chamados populismos depende da consideração das situações sociais que estão subjacentes aos governos democráticos enquanto exemplos da “democracia elitista”. Sendo esta fundada na escolha competitiva dos governantes através do mercado político, uma tensão entre os representantes e os eleitores está sempre latente. Os representantes afirmam-se como sendo-o do “povo” e correm o risco, quando se agrava a situação económica, de serem percebidos como traidores da confiança dada.

O “povo” é a abstração que legitima a autoridade: nas democracias, os que mandam foram escolhidos por votação. Por isso mesmo, pode ser o “povo” a referência aglutinadora da contestação dos dirigentes. O “povo” é o

the “complete overhaul of the so-called loyalty and security checks of Federal personnel.”

28 Ceplair, *Anti-communism*, 86. “People are very much wrought up about the Communist ‘bugaboo,’ but I am of the opinion that the country is perfectly safe so far as Communism is concerned.”

lugar do equívoco da comunicação, propositada ou inconsciente. O “povo” são todos os que se abarcam num campo de conflito definido numa determinada situação, não como um programa, mas como exigência de ação. A proposta de sistematização de Ernesto Laclau, apesar dos meandros a que a especulação teórica leva o leitor, é uma construção feita a partir das experiências singulares de confluência dos descontentamentos e reivindicações feita por oposição a um governo que se quer derrubar.

Um uso diverso deste modo de representação dos conflitos é a oposição do “povo” a um grupo “demoníaco” de indivíduos que estão no seu interior com propósitos extremados de dissolução social, sendo a detecção e eliminação dos seus membros ações elementares de defesa. Neste caso, os dirigentes instalados nos cargos são postos indiretamente em causa ao serem acusados de pouca energia perante essa ameaça. A propaganda contrarrevolucionária do início do século XIX estruturou-se com base na difusão de uma imaginada ameaça jacobina em tempos e em espaços onde o termo era apenas um insulto vazio. Esta tradição indicia a razão que levou a que o “anti-comunismo” pudesse ter ganho na legitimação dos poderes autoritários e também “democráticos” um lugar obsessivo e marcadamente desproporcionado da influência obtida pela corrente comunista nesses países.

Esta oposição presente nos populismos não constitui uma clivagem social entre grupos de autoridade, de riqueza ou de atividade profissional, mas pode ganhar uma aparência de clivagem social quando se apresenta como uma cisão entre os “humanos produtores” e os “humanos parasitários”. Esta não é contudo uma cisão entre grupos ou classes sociais, já que nela os integrantes do campo dos produtores se incluem o patronato de variadas dimensões e os trabalhadores de múltiplos domínios, sendo deste modo uma duplicação “social” da oposição populista.²⁹ Para ser socialmente percebido e vivido massivamente, um conflito tem de aparecer como uma clivagem entre duas e apenas duas forças. Um conflito envolvendo três ou mais centros é difícil de ser entendido e de ser gerido e, ocorrendo, será olhado como um estado momentâneo.

²⁹Abromeit, John D., “Transformations of Producerist Populism in Western Europe”. In Abromeit, J. (Ed.), *Transformations of Populism in Europe and the Americas. History and Recent Tendencies*, Bloomsbury, 2017.

BIBLIOGRAFIA

ABROMEIT, John D. “Transformations of Producerist Populism in Western Europe”, Abromeit, J. (Ed.), *Transformations of Populism in Europe and the Americas. History and Recent Tendencies*, Bloomsbury, 2017.

CANOVAN, Margaret. *Populism*, New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1981

CEPLAIR, Larry. *Anti-communism in 20th. Century America*, Santa Barbara: Praeger, 2011.

FINCHELSTEIN, Federico. *From Fascism to Populism in History*, Oakland: University of California Press, 2017.

LACLAU, Ernesto. “Identity and Hegemony” in J. Butler, E. Laclau e S. Zizek, *Contingency, Hegemony, Universality*, London: Verso, 2000.

LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*, London: Verso, 2005.

LOSURDO, Domenico, *Antonio Gramsci del liberalismo al comunismo crítico*, Guadarrama: Ediciones del oriente y del mediterráneo, 2015 [1997].

SOREL, Georges, *Reflexions sur la violence*, 1908. http://classiques.uqac.ca/classiques/sorel_georges/reflexions_violence/reflexions_violence.html 18-05-2021

Referência para citação:

Costa, Fernando Dores. “A propósito dos debates sobre o populismo.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 12 (2021): 161-179.